

## Apresentação

# Para além do atraso e da singularidade: a atualidade do pensamento social e político brasileiro

## *Beyond lag and singularity: the current situation of Brazilian social and political thought*

MARCOS ABRAÃO RIBEIRO

ROBERTO DUTRA

MARO LARA MARTINS

Depois de 20 anos de ditadura civil-militar, o Brasil retomou o regime democrático representativo com a instituição da *Nova República*, que foi simbolizada pela Constituição de 1988 e pelas eleições diretas para presidente da República no ano seguinte. Depois da promulgação da *Constituição Cidadã* e da retomada das eleições diretas para presidente, consolidamos a democracia no país.

Contudo, a partir de 2013, com as *jornadas de junho*, iniciou-se uma crise que culminou no golpe parlamentar (SANTOS, 2017) que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder em 31 de agosto de 2016. Por meio de mais um golpe na história republicana

brasileira, o autoritarismo voltou a figurar como tema central, cuja relevância foi reforçada com a eleição do primeiro presidente reconhecidamente de extrema direita, o capitão reformado do Exército e ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

Essa mudança política radical não apenas expôs a fragilidade da Constituição e da democracia no Brasil. Ela também indicou que mudanças sociais e culturais alteram as condições de possibilidade da política, pois a crise política parece estar associada a uma crise mais ampla na sociedade. Isto exige explicações capazes de conectar análise da política com análise da sociedade. Nesse sentido, alguns questionamentos precisam ser respondidos: 1) o que mudou na sociedade e na cultura? 2) Como essas mudanças afetam a política?

A partir da complexa conjuntura atual, que enseja as questões supracitadas, e do papel central que as interpretações do Brasil possuem na academia e no debate público, temos como objetivo discutir a atualidade do pensamento social e político brasileiro. A riqueza e a variedade das interpretações sobre a vida social e política sugerem direções muito distintas para compreender a crise brasileira em diálogo com teorias e abordagens mais recentes. Categorias clássicas como *personalismo*, *patrimonialismo*, *populismo*, *autocracia burguesa* são capazes de compreender nossos dilemas? O Brasil contemporâneo possui problemas essencialmente seus ou trata-se de dilemas mais gerais vivenciados por muitos outros países, mesmo que em intensidades distintas? Qual é o potencial heurístico do pensamento social e político brasileiro? Nesse texto introdutório, nosso objetivo é apresentar traços gerais do pensamento social e político brasileiro, algumas críticas aos seus pressupostos e teorias sociais e políticas brasileiras que são decisivas para a necessária ruptura com as leituras dos dilemas brasileiros que os circunscrevem como atraso e singularidades sociais e políticas.

## O PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO

A expressão *pensamento social e político brasileiro*<sup>1</sup> comporta diversos significados<sup>2</sup>, como etapa da história das ciências sociais, como imaginação social ou como campo de

---

<sup>1</sup> Sobre o pensamento político brasileiro, Lynch (2016, p.80) oferece a seguinte definição: “No sentido estrito, a expressão PPB se refere a um círculo mais reduzido de obras que, dotadas de maior fôlego e sistematicidade, pretenderam descrever nossa realidade política com maior fidedignidade e como tal passaram a integrar uma espécie de cânone dos ‘clássicos’ do PPB. Encara-se o PPB então como uma teoria política e/ou a ‘velha’ ciência política, elaborada antes da institucionalização universitária”.

<sup>2</sup> Sobre a pluralidade de significados, Schwarcz e Botelho (2011, p.11) argumentam nos trazem um importante argumento ao analisarem o campo do pensamento social brasileiro: Nos últimos trinta anos,

estudos disciplinar. Nos últimos anos, tem se destacado aquele que concebe o pensamento social e político brasileiro como um campo de análise multidisciplinar, com características, objetos e métodos próprios, institucionalizado na prática científica brasileira, seja através de criação de grupos de pesquisa, publicações, congressos e presença na pós-graduação.

Recentemente, pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, ao se identificarem e serem identificadas como *pensamento social e político brasileiro*, contribuíram para dar forma a essa área de pesquisa que, hoje, tem apresentado dinâmica particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil. A área de pensamento social e político brasileiro compreende pesquisas sobre a produção intelectual e artística do país de modo a permitir a percepção de distintas narrativas e quadros epistemológicos através dos quais a experiência brasileira tem sido codificada e construída no decorrer do tempo. Além disso, possibilita o diálogo entre campos distintos como a história intelectual e a sociologia dos intelectuais, a história dos conceitos e a história social dos discursos políticos, a história da historiografia e a história das ciências sociais, a sociologia do conhecimento, a história cultural e a sociologia da cultura, a história política e a sociologia política.

Do ponto de vista do desenvolvimento das ciências sociais no país, os estudos sobre o pensamento social e político brasileiro permitiram que fossem retomados os debates realizados pelos intérpretes do Brasil, avaliados suas abrangências e limites, além de constatar seus efeitos na sociedade brasileira. Permitiram, ainda, analisar o papel dos intelectuais e das ideias na formação da sociedade brasileira e na invenção desta comunidade imaginada, suas linguagens políticas e seu ideário social.

De modo geral, as obras do pensamento social e político brasileiro tiveram como elemento principal diagnosticar nosso *atraso e singularidade* (BASTOS, 2013, LYNCH, 2016, TAVOLARO, 2014), bem como apontar os caminhos que deveriam ser trilhados para superá-los. Devido ao caráter atrasado e singular da realidade brasileira, nossos intelectuais teriam que produzir pensamento para compreender os dilemas que seriam essencialmente nacionais, deixando para os pesquisadores dos países centrais a tarefa de formular teoria

---

pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, ao se identificarem e serem identificadas como “pensamento social brasileiro”, contribuíram para dar forma a esta área de pesquisa que, hoje, tem apresentado uma dinâmica muito particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil. Condições, porém, que não tornam autoevidentes as fronteiras entre o pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas. Longe de ser uma limitação, tal aspecto parece, antes, constituir vantagem em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea.”

com validade universal (LYNCH, 2013). Sobre a centralidade da perspectiva do atraso no pensamento social brasileiro (PSB), Bastos argumenta:

Creio que simplificando a resposta podemos dizer que a grande indagação presente nos vários momentos de desenvolvimento do pensamento social brasileiro diz respeito à questão do atraso. Por que uso a palavra atraso? Não só porque esse termo aparece explicitamente em muitas das abordagens dos autores, como porque está implícito em quase a totalidade dos textos, mesmo com outra denominação. As temáticas da modernização, os debates sobre o subdesenvolvimento, mas também as mais gerais como a pobreza, o analfabetismo, as diferenças regionais, ilustram bem a questão. (BASTOS, 2013, p.288-289).

Lynch (2016) defende que a perspectiva do atraso é central também para os intérpretes clássicos da vida política brasileira, uma vez que o pensamento político brasileiro (PPB) possui um estilo de redação próprio que o leva a focar a realidade nacional atrasada em relação à modernidade cêntrica:

Em decorrência disso, o eixo temático do PPB gira basicamente em torno do diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade cêntrica. A esse imperativo modernizador subordinaram-se quase sempre três tópicos maiores da teoria política, relativos ao problema da organização da ordem pública, da liberdade individual e da igualdade social (LYNCH, 2016, p.83).

As interpretações do pensamento político brasileiro incorporaram de modo acrítico a filosofia eurocêntrica da história e a representação da produção periférica como essencialmente inferior (LYNCH, 2013). Como consequência da internalização e naturalização do atraso e da subalternidade (LYNCH, 2016), as interpretações com validade nacional foram formuladas tendo como contraponto e referência de teoria os trabalhos produzidos na Europa e nos Estados Unidos. A ênfase no tema do atraso fez com que conceitos como *personalismo*, *populismo* e *patrimonialismo* fossem alçados a semânticas capazes de explicar nossos dilemas e, conseqüentemente, e de nos fazer compreender de forma sistemática os entraves que nos impediriam de construir sociedades que se assemelhassem àquelas (supostamente) existentes nos países centrais.

Chaloub e Lima (2018) sustentam a relevância do pensamento social e político brasileiro<sup>3</sup> através da apresentação de continuidades veladas nos trabalhos formulados por autores contemporâneos, que poderiam ser visualizadas, por exemplo, através da persistência da argumentação dualista em três dimensões: 1) na distinção estrita entre Estado e sociedade; 2) na contraposição entre arcaico e moderno; 3) na separação estrita entre interno e externo.

Sobre a separação estrita entre Estado e sociedade, que também representa a contraposição entre arcaico e moderno, os autores argumentam sobre a centralidade conferida ao conceito de patrimonialismo para a compreensão da corrupção estatal brasileira, tão alardeada pela grande mídia durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT):

Tornou-se moeda corrente na esfera pública brasileira de tempos recentes o uso do termo patrimonialismo para se referir à estrutura institucional em que a norma seriam os desvios de dinheiro público para fins privados. No patrimonialismo grassa, portanto, a corrupção — e, nesse discurso difuso de notável ressonância talvez já consolidado em senso comum, o problema residiria quase que exclusivamente no Estado e em seus agentes, obstáculos para que um moderno regime de competição econômica se instaurasse entre nós (CHALOUB; LIMA, 2018, p.28-9).

Além de sua utilização para compreensão da corrupção contemporânea, o conceito de patrimonialismo, somado aos conceitos de personalismo e populismo, teria papel decisivo para a explicação de mais um golpe na vida política brasileira. Precisamente, as tradicionais interpretações do pensamento social e político brasileiro possuiriam o potencial heurístico para explicar o golpe de 2016 e o subjacente autoritarismo contemporâneo.

Como exemplo, Roberto DaMatta (2020) reproduz as teses que o consagraram como um dos intérpretes mais importantes do Brasil, com a publicação de *Carnavais, malandros e heróis*, em 1979 (1997). Assim, a compreensão do autoritarismo contemporâneo deveria ser buscada através do tradicional rito autoritário *Você sabe com quem está falando?*, que representaria o reforço da hierarquia e a repressão dos valores republicanos, isto é, o esqueleto hierarquizante da sociedade brasileira (DAMATTA, 2020, p. 9). A partir desse rito autoritário, seria possível compreender como o Brasil se constitui como uma sociedade

---

<sup>3</sup> Sobre a questão, os autores argumentam: “A escolha por reivindicar a atualidade das interpretações não implica, contudo, nenhuma recusa por novos métodos e técnicas de pesquisa, mas sim busca compreendê-las em chave não antagônica a um acúmulo de ideias sobre a sociedade brasileira” (CHALOUB; LIMA, 2018, p.19).

desigual que se estrutura a partir de uma dualidade pautada pela contradição entre um Brasil formal igualitário e um Brasil profundo, desigual e hierárquico. Para DaMatta, portanto, o autoritarismo contemporâneo se constitui como uma irreduzível singularidade social e política brasileira, cujo passado ibérico, escravista, agrário e *tradicional* teria papel decisivo para explicá-lo<sup>4</sup>.

A antropóloga e historiadora Lília Schwarcz, por sua vez, segue o caminho de reforço e síntese das interpretações culturalistas do pensamento social e político (RIBEIRO, 2020) ao construir uma leitura multidimensional do autoritarismo brasileiro que tem como núcleo explicativo o passado escravista e a herança ibérica patrimonialista:

Apesar da síntese analítica e dos novos elementos trazidos à explicação, a autora segue a perspectiva culturalista, particularista e essencialista que analisa o autoritarismo como fenômeno estritamente brasileiro, ou seja, que demarca o fenômeno como fruto exclusivo do processo histórico nacional. Schwarcz, portanto, reitera as clássicas imagens culturalistas sobre o Brasil. (RIBEIRO, 2020, p.367).

As interpretações supracitadas fazem uma associação reducionista entre modernidade política e as democracias liberais do Atlântico Norte (DUTRA; RIBEIRO, 2021). Além da leitura reducionista da modernidade política, as leituras têm como ponto comum interpretar o presente pelo passado, bem como uma interpretação de base culturalista e essencialista, que idealiza a modernidade, e a modernidade política, em particular (DUTRA; RIBEIRO, 2021). A incorporação acrítica do discurso sobre a modernidade (TAVOLARO, 2014) é ponto central para a construção de um irreduzível autoritarismo brasileiro, visto que nossos dilemas sociais e políticos seriam frutos de um processo de modernização incompleto e desviante frente àqueles autênticos que teriam sido experienciados pelos países centrais.

## **ATRASO E SINGULARIDADE: ENTRAVES DO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO**

As interpretações do pensamento social e político brasileiro, apesar de ainda serem reproduzidas de forma acrítica, como nas interpretações supracitadas, também foram alvos de importantes e contundentes críticas em torno dos pressupostos que conformam as imagens do *atraso* e da *singularidade*, e que são responsáveis pela leitura do Brasil como

---

<sup>4</sup> Ribeiro (2022) formulou uma crítica detalhada à interpretação damattina sobre o fenômeno do autoritarismo como uma irreduzível singularidade social e política brasileira.

realidade social e política essencialmente inferior às sociedades centrais. As críticas também são cruciais para sustentarmos nosso argumento sobre a necessidade de ruptura com as narrativas do atraso e da singularidade social e política caso queiramos nos afastar de uma posição de subordinação estrutural na geopolítica do conhecimento, de modo a termos condições de estabelecer diálogos mais horizontais com os *teóricos* dos países centrais<sup>5</sup>.

Por exemplo, as interpretações culturalistas que defendem que sejamos fruto da herança ibérica patrimonialista e personalista e que reproduzem integralmente os pressupostos em torno da inferioridade estrutural do Brasil frente aos países centrais foram sistematicamente criticadas por Souza (2000). O sociólogo sustenta que elas reproduzem um culturalismo atávico e que representam, fundamentalmente, uma *sociologia da inautenticidade* ao negarem o caráter autenticamente moderno da experiência brasileira. A partir das críticas de Souza, outros importantes trabalhos surgiram para explicitar os pressupostos que estruturam as leituras do pensamento social e político brasileiro que têm no atraso e na singularidade seus componentes decisivos. Nesse sentido, Costa (2006) delimita três pressupostos que nos auxiliam a sustentar as limitações dessas tradições de interpretação dos Brasil: 1) interpretação eurocêntrica da modernidade; 2) concepção formalista (idealizada) da política; 3) concepção essencialista do sujeito moderno. Esses três pilares são instituídos a partir da idealização da experiência europeia e de suas instituições:

Isto é, as histórias nacionais de países não europeus se apresentam como narrativas de construção de instituições — cidadania, sociedade civil etc. —, que só encerram sentido se projetadas no espelho de uma “Europa hiperreal”, na medida em que ignoram as experiências efetivas das populações de tais países. Nessas histórias nacionais, a Europa imaginada é a morada do verdadeiro sujeito moderno, do qual mesmo os socialistas e nacionalistas mais combativos buscam construir, pela imitação, uma similar nacional (COSTA, 2006, p.121).

Em consonância com Costa, Tavolaro (2014) sustenta que nossa *singularidade* foi construída tendo como elemento comparativo um discurso sociológico sobre a modernidade reproduzido como se fosse efetivamente verdade. Assim, teríamos uma especificidade em nossa vida local que nos fez constituir uma realidade pautada pelo

---

<sup>5</sup> Ao focar o pensamento social brasileiro, Maia (2011, p.72-3) sustenta que é necessário inseri-lo em um cenário mais amplo através de um momento de descentramento teórico: “A ideia defendida é razoavelmente simples: sustento que o processo de descentramento teórico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas na sociologia fornece aos estudos de pensamento social brasileiro um instigante enquadramento analítico. Esse descentramento refere-se ao conjunto de textos e trabalhos que questionam o fundamento eurocêntrico da sociologia e afirmam a necessidade de se levar em conta lugares de discurso intelectual tidos como alternativos e/ou ‘periféricos’”.

desvio, incompletude e falta quando comparada às sociedades *modernas*, pois não teríamos de forma plena os componentes centrais que existiriam integralmente nos países centrais: diferenciação/complexificação social; secularização; separação entre os domínios público e privado; subjetividade autocentrada e divórcio entre sociedade e natureza (TAVOLARO, 2014 p.645). Como as características supracitadas funcionam como fatores distintivos da chamada *modernidade originária*, nossa singularidade seria demarcada, precisamente, pela ausência desses elementos:

A esses aspectos, tratados em obras “clássicas” de interpretação do Brasil como pertinentes à sociedade brasileira, o discurso sociológico hegemônico da modernidade reserva um estatuto teórico assaz conhecido: na maior parte das vezes, des-diferenciação social, não-secularização, porosidade entre público/privado, subjetividade descentrada, não-linearidade espaço-temporal e fluidez entre sociedade/natureza são apontados como evidências de uma experiência moderna incompleta, ou ainda, como manifestações de um padrão de sociabilidade permeado por elementos estranhos ao ordenamento social moderno (TAVOLARO, 2017, p.128).

A tese da singularidade brasileira, portanto, tem como elemento implícito a incorporação da modernidade como enunciação e discurso de dominação (TAVOLARO, 2014). O hiato em relação ao *núcleo dinâmico da modernidade* ocorre porque não teríamos superado as estruturas pré-modernas, o que nos impossibilita universalizar racionalização, complexificação social e, conseqüentemente, a separação entre público e privado no Estado.

Sobre o pensamento político brasileiro, Lynch (2013) sustenta que a internalização do atraso é o elemento decisivo para que as clássicas interpretações da vida política brasileira sejam caracterizadas como *pensamento* e não *teoria*, que seria uma designação exclusiva das obras produzidas nos países centrais:

Dependentes dos modelos culturais dos países cênicos, que distribuíam os lugares e os papéis das nações no mundo, elas internalizaram o pressuposto de sua inferioridade neles inscrito. As diferenças quantitativas entre as nações do “centro” e da “periferia”, medidas objetivamente em termos de tecnologia ou poder militar, se converteram em diferenças qualitativas no plano da existência: aquilo que era apenas um juízo de fato (assimetria militar e econômica) se transformou, no plano das representações sociais, num juízo de valor (inferioridade no plano da existência e da cultura). (LYNCH, 2013, p.734).

As críticas de Souza, Costa, Tavolaro e Lynch ao pensamento social e político brasileiro são fundamentais para que possamos, na próxima seção, defender a necessidade de ruptura com as narrativas do atraso e da singularidade. A ruptura é primordial para que possamos utilizar nossas tradicionais interpretações como mecanismos para formularmos teoria social e política a partir da periferia e termos, reiteramos, uma relação menos assimétrica com a produção dos países cêntricos.

Nosso objetivo, portanto, não é o descarte do pensamento social e político brasileiro, mas, a partir da crítica aos pressupostos que conformam as autoimagens do atraso e da singularidade, inserir as clássicas interpretações do Brasil em um contexto mais amplo de modo a relativizar os limites estritamente nacionais que os conformam (MAIA, 2011, p.72). Assim, nossas produções poderão ser utilizadas, por exemplo, para a construção de um discurso contra-hegemônico<sup>6</sup> sobre a modernidade (TAVOLARO, 2017, p.119). Sobre o questionamento do discurso hegemônico acerca da modernidade, Tavolaro argumenta:

Nesse sentido, longe de adstritas à realidade nacional, obras “clássicas” do pensamento brasileiro auxiliam a ampliar e diversificar os horizontes de compreensão e codificação da própria experiência moderna. Dito de outro modo, ainda que de maneira residual e não necessariamente em conformidade com suas motivações e planos originais, ao menos algumas das mais celebradas obras de interpretação do Brasil oferecem retratos, noções, categorias e ideias que contribuem para um imaginário contra-hegemônico da modernidade. (TAVOLARO, 2017, p.136)

A crítica à tese da singularidade brasileira e a utilização das clássicas interpretações do Brasil para a produção de um discurso contra-hegemônico sobre a modernidade são decisivas para que possamos questionar o caráter universal das teorias que são incorporadas

---

<sup>6</sup> Bastos também defende o potencial heurístico e a atualidade do PSB: “Ou seja, a problemática da emancipação, do direito à diferença, dos limites à liberdade, da definição da dignidade como projeto social, do reconhecimento, da exclusão/excludência foi objeto recorrente dos estudos sobre a formação nacional. Nos últimos anos o retorno dos estudos sobre o pensamento social brasileiro e sua história permitiu que fossem retomados os debates, avaliados o seu alcance e limites, além de constatar seus efeitos. Ora, as transformações mundiais colocam hoje aquelas questões sob outra ótica e conduzem à produção de diferentes categorias teóricas que buscam apreender os fenômenos, mas não podem desconhecer os caminhos trilhados pelas interpretações anteriores. É a partir dessa situação que a reflexão brasileira se insere, necessariamente, no debate internacional. Para ilustrar a hipótese levantada, pretendo apontar (...) como algumas reflexões dos anos 1950 e 1960 — brasileiras e latino-americanas — antecipam questões atuais, mesmo sem terem tido desdobramento teórico sistemático”. (BASTOS, 2011, p. 52).

pela academia brasileira<sup>7</sup> e, conseqüentemente, para caracterizarmos as produções nacionais também como teoria social e política. Na próxima seção, apresentaremos algumas teorias sociais e políticas produzidas no Brasil contemporâneo que nos auxiliam a sustentar o que consideramos ser a atualidade do pensamento social e político brasileiro.

## TEORIA SOCIAL E POLÍTICA A PARTIR DA PERIFERIA

Além das críticas aos pressupostos que perfazem as interpretações do pensamento social e político brasileiro, algumas teorizações produzidas no Brasil contemporâneo são fundamentais para sustentarmos que é possível a construção de uma narrativa moderna da sociedade brasileira e, conjuntamente, a produção de teoria social e política a partir da periferia. Na sociologia brasileira contemporânea, temos, por exemplo, as obras dos sociólogos Jessé Souza e José Maurício Domingues, que produzem teoria a partir do Brasil.

Além de criticar o que denominou de *sociologia da inautenticidade*, Jessé Souza também formulou uma teorização sobre o processo de modernização brasileiro (SOUZA, 2000) e acerca da reprodução da abissal desigualdade existente no país (SOUZA, 2006). O autor também possui teorizações originais sobre o imperialismo informal (SOUZA, 2020) e o racismo multidimensional (SOUZA, 2021) que, apesar de terem o Brasil como unidade de análise, não se restringem às fronteiras do país. O sociólogo estabelece um diálogo horizontal e criativo com teóricos do centro como Charles Taylor e Pierre Bourdieu para compreender os dilemas brasileiros modernos e para sustentar que não existe diferença ontológica entre as sociedades centrais e as periféricas.

José Maurício Domingues, por sua vez, tem se dedicado a produzir teoria social e política a partir do Brasil, tendo a modernidade como questão primordial. Além de estabelecer a crítica aos pressupostos presentes nas interpretações clássicas sobre o atraso brasileiro e latino-americano, o sociólogo tem construído uma narrativa moderna do país, como integrante da modernidade global.

Domingues (2011) defende que as ciências sociais brasileiras têm como desafio superar suas análises circunscritas à realidade nacional, combatendo a visão de que apenas

---

<sup>7</sup> Sobre essa questão, Maia (2011) apresenta um argumento fundamental para que possamos questionar a universalidade das interpretações reproduzidas como teorias com validade universal pela no Brasil: “Ora, se a teoria social é constituída hermeneuticamente por intermédio das releituras de clássicos e se cada fabulação traz consigo um mundo imaginado que relaciona enunciados teóricos abstratos a objetos e a qualidades de espaços sociais delimitados, torna-se absolutamente crucial discutir a universalidade das teorias que consumimos.” (MAIA, 2011, p.75).

os europeus e estadunidenses produzem teoria com validade universal, desafio enfrentado com o êxito pelo sociólogo<sup>8</sup>:

Uma visão ampla do mundo pode contribuir exatamente nessa direção, deixando para trás a equação em que europeus e estadunidenses produzem teorias gerais e os outros no chamado “Sul” as aplicam, desenvolvendo autonomamente no máximo interpretações de seus próprios países (DOMINGUES, 2011, p.9).

A proposta de Domingues (2013) de teorizar a modernidade a partir do enfoque no *Sul* global tem como objetivo central descentrar a teoria social que se concentra com exclusividade na Europa e nos Estados Unidos. Suas teorizações sobre a modernidade global (DOMINGUES, 2013) e modernidade política (DOMINGUES, 2021) possuem intuito de produzir em pé de igualdade em relação aos teóricos dos países centrais (PERLATTO, 2013). Para tanto, Domingues propõe uma ambiciosa análise multidimensional do imaginário e das instituições da modernidade, nos planos conceitual e empírico. A teoria social e política de Domingues rompe, efetivamente, com a subalternidade estrutural subjacente às nossas clássicas interpretações do país.

No campo da teoria política, temos o trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (2017), que produz teoria a partir da periferia quando analisa o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, como golpe parlamentar. Assim, o cientista político não interpreta o golpe através de gramáticas políticas, em tese, particulares à realidade brasileira, como patrimonialismo ou populismo, que demonstrariam como mais uma ruptura democrática no país seria a demonstração inequívoca de nossa singularidade política. Sobre a negação das perspectivas do *atraso* e a *singularidade* na teoria política de WGS, Lynch argumenta:

Em terceiro lugar, e talvez mais importante, encontra-se o fato de que, como cientista político, WGS se via primariamente como um teórico que recorria à empiria para testar suas hipóteses. Inclemente crítico do complexo de inferioridade que rebaixa sistematicamente a ambição teórica dos intelectuais brasileiros, WGS desenvolveu uma ciência política abrangente, capaz de ser demonstrada de forma sistemática e aplicável a qualquer país. Não obstante a maioria de suas reflexões tenha

---

<sup>8</sup> A partir de características do PPB demarcadas por Lynch (2016), Ribeiro apresenta de forma comparada as teorias de Jessé Souza e José Maurício Domingues com o objetivo de averiguar se os autores efetivamente se afastaram das tradicionais leituras da vida política brasileira e dos pressupostos que as conformam. Como sustentado pelo autor, Domingues rompe de modo efetivo com as narrativas do atraso e da singularidade (RIBEIRO, 2017).

por origem os problemas empíricos da construção democrática brasileira, ele sempre evitou tomá-los como “jabuticabas”, evitando simultaneamente o paroquialismo etnocêntrico, disfarçado de universalismo, de boa parte dos intelectuais europeus e norte-americanos. (LYNCH, 2020, p.3).

Nesse sentido, Santos recusa as clássicas interpretações do pensamento social e político porque eles possuem um papel de impedimento para a construção de uma explicação teórica de alcance global sobre mais uma ruptura democrática na histórica brasileira, pois reproduzem a visão etnocêntrica de que o golpe parlamentar seria demonstração de um reiterado autoritarismo que marcaria atavicamente o sistema político brasileiro. Santos interpreta o Brasil, portanto, a partir dos dilemas contemporâneos, modernos e de alcance global.

Santos formulou uma teorização inovadora e original sobre o golpe parlamentar, ao sustentar que ele é elemento moderno e intrínseco ao sistema democrático representativo instituído dentro do sistema capitalista. Dessa forma, WGS teoriza o sistema representativo em dimensão global, pois o caso brasileiro seria uma *unidade de análise* para interpretar um dilema de consequências globais. A teoria política de WGS rompe, portanto, com o *estilo periférico* de produção intelectual que singulariza o PPB em contraste com as obras cosmopolitas e canônicas da teoria política europeia (LYNCH, 2016, p.83). E demonstra também que é possível produzir teoria original a partir da periferia, e não apenas por adição (COSTA, 2010).

Nesse sentido, a produção de teoria a partir da periferia precisa refletir sobre suas condições de possibilidade, assim como a produção teórica feita a partir de qualquer contexto geográfico. Na geopolítica do conhecimento persiste a distinção entre teoria social e política geral e pensamento social e político particular. Segundo esta distinção, a teoria, embora seja um trabalho atribuído ao centro (CONNEL, 2012), não teria marcador geográfico. A pretensão de universalidade do trabalho teórico do centro estaria diretamente ligada à premissa de que esse trabalho possua validade e capacidade de abstração que transcendam seu contexto geográfico de surgimento. Colocado em posição hierarquicamente inferior, o pensamento social e político seria menos sistemático e formalizado que a teoria, e seus conceitos seriam orientados por baixa capacidade de abstração e grande influência de questões e problemas do contexto geográfico. O pressuposto não tematizado dessa geopolítica do conhecimento é que apenas o chamado centro da modernidade, e não a periferia, proporcionaria um lugar de enunciação científica

com capacidade de inovação conceitual abstrata e universalizante (teoria). O centro, ao pensar sobre si, teorizaria sobre o mundo; a periferia só seria habilitada a pensar sua própria particularidade.

Por mais forte que essa distinção entre teoria geral e pensamento particular possa parecer, ela não possui o caráter totalizante e necessário assumido inclusive por muitos de seus críticos. Em balanço sobre a produção de teoria social feita por brasileiros entre 2010 e 2019, Rosa e Ribeiro (2021) fazem um diagnóstico pessimista, apontando nossa baixa capacidade de inovação teórica, mas sem indicar caminho para desestabilizar e transcender a hierarquia geopolítica entre teoria e pensamento social que nos coloca na condição de incompetentes para o trabalho teórico. Segundo eles, o debate sociológico sobre teoria no Brasil concentra-se em: “1) produções engajadas na reconsagração de autores; 2) produções engajadas em descrever movimentos teóricos; 3) produções inovadoras, porém não apropriadas localmente” (ROSA; RIBEIRO, 2021, p. 3).

As principais razões para essa situação de baixa produção teórica dos brasileiros seriam 1) a identificação da teoria com grandes nomes euroamericanos e o que Costa (2010) havia chamado de 2) *teoria por adição*: a prática de estender modelos consagrados para pensar o caso do Brasil. A identificação da teoria com *indivíduos autores* bloquearia a inovação teórica, pois os autores euroamericanos

tendem a ser tratados como entidades transcendentais que nos guiam e condicionam nossa vida terrena acadêmica. Por opção e por força da geopolítica da disciplina e do mercado editorial, em muitos casos assumimos o papel de meros intermediários que recebem e transmitem teorias e métodos para aqueles não iniciados. (ROSA; RIBEIRO, 2021, p. 10).

Essa associação entre recepção de *indivíduos autores* e falta de inovação teórica nos parece bastante questionável. A não ser a suspeita implícita e infundada de que o mero uso de *autores do norte* bloquearia a criatividade teórica dos *autores do sul*, não há nada que sustente esse diagnóstico. Basta olharmos a recepção de autores como Karl Marx, Max Weber, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann para constatarmos que o reconhecimento da autoria individual de teorias não implica necessariamente engajamento para reconsagrar na periferia nomes que gozam de prestígio no centro. O diálogo que muitos cientistas sociais brasileiros mantêm com esses e outros autores é marcado por esforços bem-sucedidos de inovação teórica, como apresentamos acima. Portanto, não são apenas esforços de *adição*, mas também elaborações conceituais capazes de corrigir e substituir premissas e afirmações

sobre a sociedade moderna a partir de um trabalho teórico engajado na compreensão não somente da modernidade periférica, mas da modernidade como um todo a partir da chamada periferia.

Em comum, as duas razões apontadas por Rosa e Ribeiro (2021) para explicar a suposta falta de inovação teórica no Brasil partem do pressuposto não tematizado de que há uma fronteira epistemológica rígida entre o trabalho teórico feito no *Norte* e aquele que deveria ser feito no *Sul*. O esforço de corrigir e substituir teses eurocêntricas contidas nas teorias do *Norte* não seria propriamente um trabalho teórico autônomo no *Sul*. É como se o contexto geográfico de surgimento das teorias determinasse plenamente seu conteúdo, inviabilizando qualquer pretensão de universalidade. Rosa e Ribeiro adotam, implicitamente, na contramão da sua intenção, uma concepção essencialista da diferença entre centro e periferia para analisar a geopolítica do conhecimento científico social. Como remédio para o universalismo ingênuo das teorias do *Norte*, que frequentemente negam seu caráter contextual e provinciano, resta apenas o contextualismo geográfico radical que abandona qualquer pretensão universal.

Essa concepção implicitamente essencialista da diferença entre centro e periferia não se restringe à dimensão epistemológica. Abarca também a dimensão da própria compreensão sociológica da sociedade moderna em que vivemos. Nessa compreensão, centro e periferia são percebidos como referências geográficas totalizantes que englobam não apenas o fazer científico, mas todas as esferas da vida social. A experiência social da periferia é definida em termos de uma diferença absoluta em relação ao centro da modernidade, de modo que não haveria práticas, valores e instituições sociais comuns entre os dois polos da diferença.

No entanto, uma crítica consequente da assimetria geopolítica entre teorias gerais e pensamento social e político particular só é possível quando se afirma a existência de uma vida social comum entre centro e periferia. Não se trata de ignorar fenômenos de periferização e centralização na esfera da ciência ou em qualquer outra esfera, mas sim de considerar que existem camadas de sentido e práticas sociais mais abrangentes do que a diferença entre centro e periferia.

Portanto, para criticar e transcender a assimetria geopolítica entre teoria geral e pensamento particular é preciso dispor de uma teoria da sociedade que situe essa crítica em dimensões que superam a diferença centro/periferia, ou seja, de uma teoria que trate centro e periferia como partes de uma realidade social mais ampla e generalizada em ambos os

polos da diferença. Isto significa que essa teoria da sociedade precisa recusar a tese de que vivemos em uma sociedade estruturada primariamente pela diferença colonial entre centro e periferia. Esse não é o caso do diagnóstico de Rosa e Ribeiro (2021), que assume a premissa decolonial de que a assimetria entre Norte e Sul — uma variante conceitualmente degradada da diferença entre centro e periferia — constitui a estrutura mais importante da sociedade global.

Como alternativa a essa concepção decolonial que define a sociedade mundial a partir do primado da diferença colonial entre centro e periferia, propomos uma leitura da teoria sistêmica da sociedade de Niklas Luhmann (DUTRA, 2021). Nessa teoria, a sociedade mundial não é definida pelo primado da diferença colonial entre povos, nações, raças etc., mas sim pelo primado da diferenciação entre sistemas funcionais como economia, política, direito e ciência. Com a constituição de sistemas funcionais globais e diferenciados, as assimetrias neocoloniais, do mesmo modo que as desigualdades de classe, gênero e etnia, perdem seu caráter necessário do ponto de vista de sua estruturação e legitimação, sendo recolocadas em um horizonte interno de críticas e alternativas. O unitarismo estrutural característico do colonialismo, com sua relação entre centro e periferia válida em todas as dimensões, é rompido pela diferenciação funcional, que impõe uma fragmentação da oposição centro/periferia em múltiplas diferenças entre “centros” e “periferias” no interior dos distintos sistemas funcionais. O primado da diferença colonial, definidor do colonialismo, implicava a existência global de uma episteme unitária que classifica e hierarquiza raças e povos:

A ideia de raça ou pureza de sangue, tal como expressa no século XVI, tornou-se o princípio básico para classificar e ranquear povos por todo o planeta, redefinindo identidades e justificando o trabalho escravo (MIGNOLO, 2002, p. 83).

A teoria sistêmica da sociedade admite que a sociedade em que vivemos produz e reproduz desigualdades neocoloniais entre centro e periferia. Mas nem essa nem qualquer outra forma de desigualdade social define a sociedade enquanto sua forma primária e mais abrangente de diferenciação interna. A sociedade mundial contemporânea transcende a diferença colonial entre centro/periferia. Transcender aqui não significa evidentemente eliminar essas estruturas sociais, mas sim alterar sua condição e seu lugar na ordem social: elas deixam de ser necessárias para se tornarem contingentes.

A diferenciação funcional, ao fragmentar e romper com o primado da colonialidade, também produz o horizonte e as condições de possibilidade de crítica e

transformação semântica e estrutural das assimetrias neocoloniais dentro e fora da ciência. A crítica decolonial descuida de sua autorreflexão ao pressupor que faz uma crítica *externa* da colonialidade, como se o horizonte normativo de uma “humanidade compartilhada”, que orienta em última instância essa crítica decolonial (MIGNOLO, 2002, p. 72), não dependesse de uma formação societária na qual a colonialidade não é a forma primária, necessária e naturalizada de constituição de relações e unidades sociais.

Ao eleger uma fonte única de produção e reprodução das desigualdades *neocoloniais* — a *dependência epistêmica* —, essa crítica acaba pressupondo um primado da diferença colonial sobre a constituição e funcionamento de todas as instituições e sistemas da sociedade global. O déficit de reflexividade reside precisamente nesse pressuposto, pois na vigência do primado da diferença colonial a crítica da *colonialidade do poder* não seria possível enquanto saber do social sobre o social. O *lugar de enunciação* da crítica decolonial não se sustenta enquanto *exterioridade* (MIGNOLO, 2002, p. 62): ou ele está internamente implicado na própria diferença colonial, o que representaria uma impossibilidade disfarçada com a busca de um *lugar híbrido de enunciação*, ou ele é uma construção interna de formas de sociabilidade que transcendem a diferença colonial.

Transcender a diferença colonial e a *colonialidade do poder* significa a constituição de um patamar global de complexidade social, no qual se torna impraticável uma mesma hierarquia colonial ou neocolonial estruturar o funcionamento de desigualdades em todas as esferas e dimensões da vida social. Em outros termos: significa que as assimetrias neocoloniais, cuja emergência e estabilização o próprio Luhmann (1995) identificou como constitutivas para as identidades nacionais europeias no século XIX e XX, não poderiam jamais ser desestabilizadas na evolução dos distintos sistemas funcionais da sociedade global.

Ora, mas é justamente essa desestabilização que podemos identificar em quase situação de coexistência com a semântica neocolonial. Em diferentes sistemas funcionais, mas sobretudo na própria política de importantes Estados nacionais, o século XX dá testemunho do surgimento não só de críticas sociais e políticas de neocolonialismo, como também da efetiva constituição de estruturas e processos anticoloniais, desenvolvimentistas e anti-imperialistas que lograram alterar significativamente, em diferentes momentos, as estruturas globais de poder.

A reflexividade que cobramos da crítica decolonial da geopolítica do conhecimento tem o objetivo de situar sua própria semântica crítica no interior de estruturas e processos

anticoloniais, cuja existência pressupõe uma sociedade global em que a diferença primária não é uma diferença colonial unitária e vigente em todas as esferas sociais, mas sim uma sociedade formada por um conjunto diferenciado de esferas nas quais diferentes estruturas neocoloniais ou anticoloniais se desenvolvem de modo não necessariamente relacionado. O problema teórico fundamental é, portanto, se as diferenças regionais — sejam elas neocoloniais ou não — devem ser explicadas a partir do primado da diferença colonial ou do primado da diferenciação funcional.

Do nosso ponto de vista, ao adotar implicitamente a tese do primado da diferença colonial, o diagnóstico de Rosa e Ribeiro sobre a ausência de inovação teórica no Brasil (2021) reafirma a própria geopolítica do conhecimento que os autores pretendem criticar. Apesar da intenção crítica, os autores não propõem uma definição de teoria capaz de superar a noção implícita e falsamente universalista de que teoria é o que centro faz. Seu déficit de reflexividade acaba por cobrar esse preço, que fica explícito na afirmação de que produzir teoria é participar dos debates das revistas internacionais de teoria social, ou seja, das revistas do chamado centro (ROSA; RIBEIRO, 2021, p. 11). Tomar as revistas sediadas no Norte como sinônimos de revistas internacionais, e com isso considerar as revistas brasileiras apenas como nacionais, é reproduzir a premissa de que a construção de teorias é um trabalho que se realiza no centro.

A teoria sistêmica da sociedade entende que processos de periferização e centralização de práticas sociais como o trabalho teórico na ciência às vezes obedecem a fronteiras territoriais, nacionais ou regionais, mas não o fazem sempre e nunca de modo necessário. Sua localização territorial é contingente. Nos países periféricos há, por exemplo, processos de centralização na ciência (NEVES, 2009), assim como há processos de periferização em países centrais.

A localização geográfica do trabalho conceitual não necessariamente implica sua periferização, ou seja, seu não reconhecimento enquanto um trabalho de teoria. É preciso relativizar a localização geográfica do conhecimento para transcender a assimetria geopolítica entre teoria geral e pensamento particular. É conveniente e possível implodir essa assimetria geopolítica. Para isso, o mais importante é questionar a própria autocompreensão do que se chama de pensamento social e político brasileiro, que adota frequentemente um *estilo periférico*, aceitando a inferioridade que lhe é atribuída em contraste com as teorias cosmopolitas vistas como trabalho exclusivo do centro.

A tarefa principal é compreender o chamado pensamento social e político brasileiro como um trabalho que oferece conceitos e inovações teóricas capazes de reconstruir a

compreensão sobre a modernidade social e política. Para isso é necessário desestabilizar também a divisão do trabalho entre teoria e empiria que embasa a geopolítica do conhecimento: ao se ocupar de problemas empíricos, questões sociais e políticas nacionais, o chamado pensamento social e político é identificado como um tipo de trabalho de menor grau de abstração e baixa capacidade de generalização conceitual. Mas essa oposição entre teoria e empiria não fornece uma definição adequada do que é a própria teoria. Essa é uma definição geopolítica da teoria que precisamos substituir por uma definição, por assim dizer, teórica da teoria. O que define um trabalho de teoria social e política não é sua oposição em relação ao trabalho empírico. O trabalho teórico pode e deve ser feito em constante contato com a pesquisa empírica especializada. O que define um trabalho teórico é o fato de ele se ocupar predominantemente do problema da construção dos próprios objetos de estudo (NASSEHI, 2021, p. 22). Teoria é a atividade científica que reflete e orienta a construção de objetos de estudo tomando esta construção como matéria de decisões conceituais.

Decisões conceituais são realizadas em todo tipo de ciência, mesmo quando não são percebidas como tais. Instrumentos de medição e agregação de dados sobre um determinado objeto já portam decisões teóricas sobre esse objeto. No entanto, como toda decisão, as decisões conceituais sobre um objeto também são contingentes: sempre poderiam ou podem ser de outro modo. E é comum que muitas dessas decisões sejam reiteradas sem um trabalho concomitante de reflexão sobre elas, de modo que acabam sendo reproduzidas como pressupostos e asserções implícitas sobre os objetos de pesquisa. As diferentes tradições do pensamento social e político brasileiro produziram e produzem trabalhos de decisão conceitual sobre objetos de estudo que dizem respeito não apenas ao Brasil, mas à modernidade como um todo. Teoria não é o trabalho que se realiza no centro. Teoria é o trabalho de decisão conceitual realizado em qualquer lugar, tenha ele o nome de teoria, pensamento ou qualquer outro.

O dossiê aqui apresentado reúne um conjunto de textos que trabalham questões da vida social e política brasileira e que buscam refletir sobre decisões conceituais importantes em diferentes tradições da teoria sobre a sociedade e a política. No artigo “A ideia de desenvolvimento, Aliança para o progresso e a Sudene: conflitos teóricos e estratégias políticas”, Vera Alves Capêda, Rafael Gonçalves Gumiero e Gustavo Louis Henrique Pinto analisam como a chamada “Aliança para Progresso”, iniciativa geopolítica dos EUA durante a Guerra Fria, atuou para enfraquecer e minar o ideário e os arranjos institucionais

do nacional-desenvolvimentismo brasileiro como o planejamento centralizado do governo federal e a própria Sudene.

No artigo “Pandemia, teoria social eurocêntrica e pensamento social no Brasil”, João Marcelo Maia discute a atualidade do pensamento social brasileiro a partir do impacto causado pela pandemia da Covid-19. Para tanto, Maia parte da hipótese de que, apesar da natureza global da pandemia, a teoria social mobilizada para explicá-la ainda é profundamente eurocêntrica. A partir da centralidade da teoria social eurocêntrica, o autor sustenta a necessidade de incorporação da imaginação social periférica, como o campo contemporâneo do pensamento social brasileiro. Desta forma, sugere dois movimentos conexos, isto é, a desprovincialização dos estudos do PSB e uma reconstrução historiográfica que relacione as ciências sociais brasileiras de modo a incorporá-las ao movimento global da sociologia durante o século XX.

No artigo “Um Florestan para além da ‘tese da singularidade brasileira’”, Lucas Trindade da Silva, partindo do trabalho desenvolvido por Sergio Tavolaro, reflete sobre o lugar da obra do sociólogo Florestan Fernandes no interior da tese da singularidade brasileira. Após a apresentação dos elementos centrais do trabalho de Tavolaro, Lucas Trindade oferece uma análise cuidadosa da obra de Florestan, dividida em três momentos, e de sua complexa relação com a teoria da singularidade brasileira: no primeiro momento, a obra do sociólogo paulista teria reproduzido um diagnóstico da realidade brasileira como singularidade inautêntica e desviante em relação aos países modernos e centrais; no segundo momento, existe a ênfase na análise da singular modernidade brasileira, cuja caracterização estaria afastada do imaginário do desviante e do inautêntico; por fim, Lucas Trindade sustenta que, no terceiro momento, a obra de Florestan tensiona e vai além do imaginário da singularidade brasileira, o que demonstra a atualidade da obra do sociólogo paulista para analisar dilemas de dimensões globais.

No artigo “Um intelectual comunista na periferia do capitalismo: Gildo Marçal Brandão e sua atuação na ‘esquerda positiva’”, George Gomes Coutinho analisa como a atuação militante de Gildo Marçal Brandão no PCB influencia seu trabalho científico sobre o partido, destacando a importância que tanto o jovem militante como o analista maduro atribuem às ideias e ao debate intelectual no processo político.

Como informa a editoria do periódico, o presente volume contempla ainda o artigo de tema livre “Permanência na universidade: um estudo sobre autoeficácia no ensino superior”, de Gerson Tavares do Carmo e Caio Miranda Carvalho Coutinho. Nele os autores analisam uma experiência coletivamente construída de acolhida de calouros voltada

para propiciar um ambiente favorável à permanência estudantil, em especial no chamado primeiro ano crítico (TINTO, 1999). Por fim, na seção dedicada à resenha, Glauber Rabelo Matias reencontra Darcy Ribeiro — no ano de seu centenário de nascimento e do bicentenário da independência político-administrativa do Brasil — para revisitar a obra *Os brasileiros: teoria do Brasil*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Elide Rugai. (2011). Atualidade do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília. V.26, n.2, p. 51-70.

BASTOS, Elide Rugai. (2013). A Construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias*. Campinas.V.4, p.287-300.

CHALOUB, Jorge e LIMA, Pedro. (2018). Interpretações do Brasil contemporâneo. *Mediações*. Londrina: V. 23 n. 2, p.14-39.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>

COSTA, Sérgio. (2006). Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: V.21, n.60, p.117-132.

COSTA, Sérgio (2010). Teoria por adição. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: Anpocs.

DAMATTA, Roberto. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: uma interpretação do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Rocco.

DAMATTA, Roberto. (2020). *Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.

DOMINGUES, José Maurício. (2011). *Teoria crítica e semi (periferia)*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DOMINGUES, José Maurício. (2013). *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DOMINGUES, José Maurício. (2021). *Teoria crítica e modernidade política*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/PUC-Rio.

DUTRA, Roberto. (2021). Por uma sociologia sistêmica pós-colonial da América Latina. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, V. 64, n. 1, p. 1-35.

DUTRA, Roberto e RIBEIRO, Marcos Abraão. (2021). Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. *Revista Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre: V. 9, n. 22, p. 246-273.

LUHMANN, Niklas. (1995). *Gesellschaftsstruktur und Semantik 4*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

LYNCH, Christian. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, V. 56, n. 4, p. 727-767.

LYNCH, Christian. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 19, p.75-119.

LYNCH, Christian. (2020). Um pensador da Democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.63, n.1, p.1-46.

MAIA, João Marcelo. (2011). Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, V. 26, n.2, p.71-94.

MIGNOLO, Walter (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, v. 1001, n. 1, p. 57-96.

NASSEHI, Armin (2021). *Unbehagen. Theorie der überforderten Gesellschaft*. München: Verlag C.H.Beck oHG: München.

NEVES, Fabrício Monteiro (2009). A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 241-252.

PERLATTO, Fernando. (2013). Teoria crítica e semiperiferia: Reflexões sobre a modernidade global e a geopolítica da teoria sociológica. *Sociologias*. Porto Alegre: n. 33, p.346-356.

RIBEIRO, D. (1975a). *Os brasileiros: teoria do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Marcos Abraão (2017). O golpe de 2016 e os dilemas do Brasil contemporâneo: as interpretações de Jessé Souza e José Maurício Domingues em perspectiva comparada. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*. Campos dos Goytacazes, V.9, n.1, p. 15-51.

RIBEIRO, Marcos Abraão. (2020). Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. *Sociologias*. Porto Alegre: V. 22, n. 54, p. 358-373.

RIBEIRO, Marcos Abraão. (2022). O autoritarismo brasileiro em Roberto DaMatta e os limites da interpretação culturalista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.38, p.1-8.

ROSA, Marcelo; RIBEIRO, Matheus Almeida Pereira. (2021). Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010-2019). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 94, p. 1-20.

SANTOS, Wanderley G. (2017). *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV.

SCHWARCZ, Lilia e BOTELHO, André. (2011). Pensamento social brasileiro: um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*. São Paulo: n. 82: 11-16.

SOUZA, Jessé. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretção do dilema brasileiro*. Brasília: UnB .

SOUZA, Jessé. (2006). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG.

SOUZA, Jessé. (2020) *A guerra contra o Brasil. Como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

SOUZA, Jessé. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa.

TAVOLARO, Sérgio B.F. (2014). A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados—Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: V. 57, n. 3, p.633-673.

TAVOLARO, Sergio B. F. (2017). Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: v. 17, n. 3, p. 115-141.

TINTO, Vincent (1999). Taking retention seriously: rethinking the first year of college. *NACADA jornal*. V. 19, n. 2, p. 5-9.

**Marcos Abraão Ribeiro**

Doutor em Sociologia Política, professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF

**Roberto Dutra**

Doutor em sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).

**Maro Lara Martins**

Doutor em Sociologia, professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)